Jaguaripe: territórios que educam, ancestralidades que ensinam e diferenças que ampliam horizontes...

Por uma práxis pedagógica de Educação Integral em Tempo Integral antirracista, dialógica e decolonial





Apresentação artística estudantes da Escola Everaldino Dalmácio Arouca, Jaguaripe-Ba.

Contação de histórias com Nini Kemba Náyọ̀, na programação da FLIJA 2025 (Jaguaripe-Ba)



Apresentação artística “Mariar – Um mar de poesias”, Jaguaripe-Ba.

Paço Municipal de Jaguaripe, acervo da Prefeitura.



Estudantes Escola Manoel Francisco Lobo



Estudantes Escola Municipal do Cruzeiro



Estudantes Escola Municipal do Cruzeiro



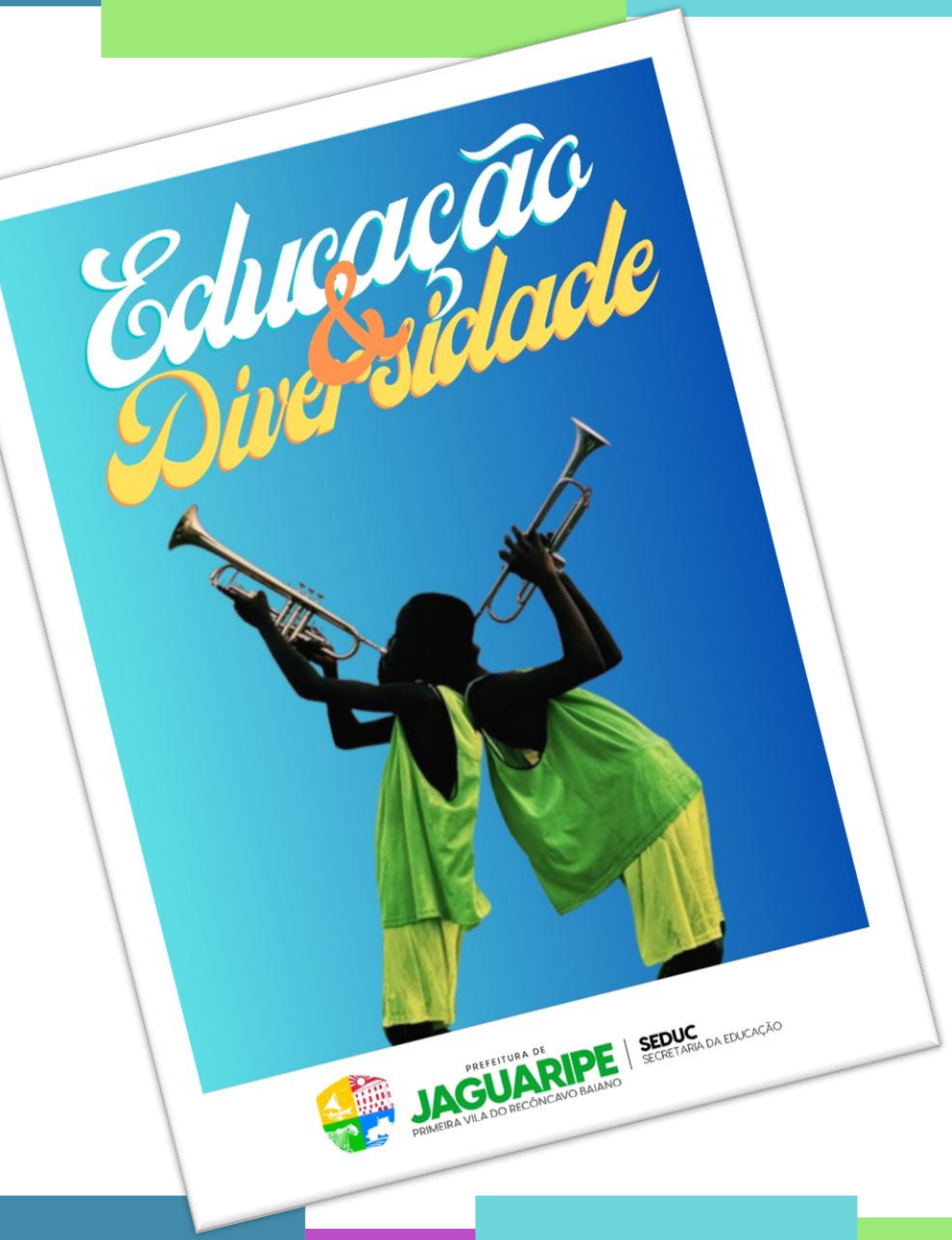
Fonte desconhecida



Comunidade do Palma na Escola Manoel Francisco Lobo



A Educação Integral em Tempo Integral não pode ser reduzida à ampliação da jornada escolar, tampouco à oferta de atividades complementares. Ela precisa representar uma transformação na concepção de educação, nas relações pedagógicas, no currículo, na organização dos tempos e espaços educativos e, sobretudo, na maneira como reconhecemos os sujeitos e seus territórios como produtores de conhecimentos.



É preciso reconhecer outras epistemologias e construir uma escola que tenha o território como fonte de aprendizagem, a diversidade como princípio pedagógico e a justiça social como horizonte.

Ou seja, transformar o currículo, as referências bibliográficas, as práticas pedagógicas, as relações institucionais e as formas de reconhecimento dos sujeitos.



É preciso reconhecer que o pescador, a marisqueira, a parteira, a rezadeira, o artesão, o mestre da cultura popular e os mais velhos são sujeitos produtores de conhecimentos.

Não se trata de substituir os conhecimentos científicos pelos saberes populares, mas de construir diálogos entre diferentes epistemologias, sem hierarquizações preconceituosas.



Foto: Eduardo Freire, 2025.



Foto: João Braz, 2025.

O rio, o mar, os manguezais, as comunidades pesqueiras, os campos, os modos de vida, a religiosidade, as manifestações culturais e as narrativas dos mais velhos constituem um patrimônio pedagógico que precisa dialogar com o currículo escolar.



Dona Lena



Foto: João Braz, 2025.

O município não deve ser compreendido apenas como o lugar onde as escolas estão instaladas, mas como um território de produção de conhecimentos, identidades, memórias e experiências.





Foto: João Braz, 2025.

o território deixa de ser apenas cenário das atividades escolares e passa a ser reconhecido como agente educativo.

Isso significa que a escola aprende com a comunidade, a comunidade participa da construção curricular e os estudantes passam a compreender o lugar onde vivem como espaço de conhecimento, pertencimento e transformação.

O currículo como território de disputa e emancipação

A primeira transformação precisa acontecer no currículo.

Se o currículo representa uma seleção dos conhecimentos considerados socialmente relevantes, precisamos perguntar:

- Quais histórias estão sendo ensinadas?
- Quais sujeitos são reconhecidos como produtores de conhecimento?
- Quais culturas aparecem nos livros e nas práticas escolares?
- Quais experiências dos estudantes são consideradas legítimas?
- Como as histórias africanas, afro-brasileiras, indígenas, jaguaripenses (...) atravessam o cotidiano escolar?

Quanto conhecimento deixamos de ensinar às nossas crianças porque não reconhecemos quem os produz?



Arte de Emerson Rocha
(Saturno)

Não podemos falar em integralidade se as identidades negras e indígenas continuam invisibilizadas.

Não podemos falar em qualidade se os conhecimentos das comunidades permanecem fora dos currículos.

Não podemos falar em equidade se a ampliação da jornada não vier acompanhada de condições concretas para que todos aprendam, participem e se desenvolvam.



Arte de Emerson Rocha
(Saturno)

Porque o tempo integral só se torna verdadeiramente integral quando o direito de aprender também se transforma no direito de ser, pertencer, criar, participar e transformar o mundo.